

A Transmissão de Memórias e o Espaço Público: a paisagem cívica da FEB em Juiz de Fora

The Transmission of Memories and the Public Place: FEB's Civic Landscape in Juiz de Fora

Rodrigo Musto Flores ¹

¹ Mestre em História pelo programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania vinculado ao Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: rodrigomustoflores89@gmail.com

RESUMO

Uma das principais características dos monumentos diz respeito, ao seu poder de perpetuação e evocação do passado em uma sociedade. Ao caracterizar esses marcos como elos entre o passado e o presente de um corpo social, as análises historiográficas sobre as narrativas, valores e símbolos que esses artefatos transportam, podem despertar reflexões sobre a construção de uma memória de um determinado grupo, bem como as disputas referentes à transmissão dessas memórias no espaço público. Portanto, tomando o espaço público da cidade de Juiz de Fora, localizada na zona da mata mineira, como centro da investigação, este artigo visa analisar os monumentos destinados a rememorar a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Além disso, interessa à presente reflexão as articulações, significados e disputas em torno da construção de uma memória coletiva da qual os monumentos analisados, são portadores.

Palavras-chave: Memória; Monumentos; Veteranos de Guerra; FEB

ABSTRACT

One of the main characteristics of monuments concerns its power to perpetuate and evocation of the past in a society. By characterizing these landmarks as links between the past and the present of a society, historiography analyzes of the narratives, values and symbols that these artifacts carry, can awaken reflections on the construction of a particular group's memory, as well as disputes related to communication of these memories in the public space. Therefore, taking the public place of the city of Juiz de Fora, located in the *zona da mata* of Minas Gerais, as the center of the study, this article aims to analyze the monuments destined to remember the participation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB), in the World War II (1939-1945). Furthermore, this reflection is interested in the articulations, meanings and disputes around the construction of a collective memory of which the monuments analyzed are carriers.

Keywords: Memory; Monuments; War veterans; FEB

Os Monumentos e a Transmissão de Memórias: uma abordagem teórica

A memória pode ser tomada como um dos principais canais de contato entre o ontem e o hoje, isso porque grande parte da consciência que julgamos ter sobre os acontecimentos passados está fundamentada na memória. A distinção entre o presente e o passado, bem como os projetos pensados para o futuro possuem relação com aquilo que imaginamos e construímos como memória, uma vez que esta é um dos pilares na construção do sentimento de identidade tanto a nível individual, quanto de pertencimento a um grupo.

Memória é vida. Assim, possui como característica inerente um constante processo de atualização, estando sempre sujeita aos esquecimentos e silêncios. Entretanto, memória e esquecimento não são forças que se anulam, mas que caminham lado a lado. Por mais que a análise que se segue aborde uma memória coletiva é necessário que tenhamos no horizonte, que é o indivíduo que rememora. Destarte, as lembranças mobilizadas dizem respeito também, ou sobretudo, à ele. Sendo assim, não há uma maneira “correta” de compartilhar lembranças. Portanto, a composição de uma narrativa sobre o passado irá se alimentar desse tesouro comum da memória coletiva, entretanto, àquele que rememora destila, distorce e seleciona os elementos que mais fazem sentido à sua experiência.

Segundo Aleida Assmann (2011) a relação entre o presente e o passado, pode ser comparada à dinâmica de uma orquestra. Isso porque, o presente acaba por reconduzir o passado tornando-o algo mutável, assim como a vida. Dessa forma, o passado parece as vezes curto, às vezes longo; ele soa; ele se cala; tem o poder de esclarecer ou obscurecer. (ASSMANN, 2011, p. 21)

Por mais que os grupos humanos dediquem uma grande parte do tempo tentando tecer um contato real e efetivo com o passado através da memória, sua capacidade altamente seletiva incorre em seleções, esquecimentos, distorções e

transformações resultantes das inúmeras acomodações de nossas lembranças às necessidades do presente. O passado lembrado possui um caráter tanto individual quanto coletivo, uma vez que o exercício de rememoração ocorre mediante um esforço pessoal. Nesse sentido, sempre recordamos algo ou algum acontecimento no qual, necessariamente, estivemos presentes. (LOWENTHAL, 1998, p. 77-78)

Dessa forma, é importante para a compreensão do presente texto, o entendimento de que a memória deve ser analisada a partir da lógica de uma construção social. Grande parte do que sabemos sobre nós mesmos são junções de memórias inseridas no contexto social e familiar, para tanto, a todo o momento, fazemos apelos aos testemunhos de outros para que nossa versão sobre um passado recente, ou longínquo, ganhe fundamentação. A relação entre o individual e o coletivo na memória se dá pela complementariedade entre as duas perspectivas, ou seja, mesmo que materialmente sós, o conjunto de lembranças que são mais facilmente acessadas são aquelas relacionadas aos grupos mais próximos a nós. (HALBWACHS, 2003 p. 49)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a construção de uma memória coletiva está diretamente relacionada aos circuitos de comunicação nos quais, a manutenção dos laços entre os membros do grupo é fundamental. Se o ato de narrar nossas lembranças as torna mais nítidas não basta, como afirmou Halbwachs, que os outros, simplesmente, nos tragam seus depoimentos sobre uma determinada vivência do passado, mas é necessário que ainda permaneçam concretas as redes de contato para que as lembranças recordadas possam ser reconstruídas do ponto de vista do grupo. (HALBWACHS, 2003 p. 34).

A transmissão da imagem de um grupo reforça suas semelhanças e diferenças no meio social, portanto, o tempo dispensado com o gerenciamento da memória social e a transmissão de uma narrativa assertiva sobre um passado

em comum reforça, em primeiro lugar, o sentimento de identidade e concede à coletividade a sensação de continuidade frente ao perigo do esquecimento social e a perda de significados. Ao transmitir narrativas e evocar um passado em comum é necessária a imediata distinção entre passado e presente, se não há certa clareza entre essas temporalidades não há uma comunicação efetiva dessas narrativas. Todavia a relação próxima entre passado e presente não significa que o passado deva reger o presente, mas o processo deve ser o contrário, uma vez que, os usos que serão dados ao passado são pensados no tempo presente.

É nesse sentido, que a memória se relaciona com a construção de uma identidade social e, destarte, obedece a critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade que são inerentes à imagem que se deseja transmitir de si para os outros, uma vez que a construção de uma auto imagem pressupõe um amplo processo de negociação. Segundo Michael Pollack (1998), as histórias de vida e as narrativas de memória de um determinado grupo social estão repletas de elementos considerados invariantes. Tais elementos, vem à tona após um constante trabalho de solidificação dos discursos e podem se manifestar através da eleição de pontos de referência, construção de heróis, mitos, celebração de datas comemorativas e eventos diversos que, de alguma forma, são espaços nos quais as narrativas de memória são mobilizadas com o intuito de manter a unicidade, existência e a continuidade de um grupo. (POLLACK, 1998, p.206)

Como observa Joël Candau (2009), os membros de um grupo constroem sua identidade a partir de uma representação anterior do passado, ou seja, é incorporando aspectos particulares do passado e observando os sentidos e significados conferidos a essas experiências, que o grupo realiza escolhas memoriais e patrimoniais. (CANDAU, 2009, p. 47) A existência de uma memória coletiva, bem como os atos memoriais, comemorações, museus,

monumentos, mitos e narrativas podem transmitir uma falsa impressão de consenso, uma vez que o compartilhamento de um discurso de memória é fundamental para a unicidade e continuidade do grupo. Todavia, não se pode perder de vista que a construção de um discurso de memória é sempre fruto de conflitos, negociações, seleções e esquecimentos. (MENESES, 1992, p.22)

De acordo com Jacques Le Goff (1996), a etimologia da palavra latina *monumentum* remete ao verbo *monere*, cujo significado aponta para o ato de fazer recordar, avisar, iluminar ou instruir. Essa determinação filológica, ainda segundo o historiador, delega a esses artefatos a função de evocadores de um passado e perpetuadores de uma recordação nas sociedades contemporâneas. (LE GOFF, 1996, p. 486) Nesse sentido, os monumentos atuam como uma via de mão dupla no processo de recordação, já que funcionam como elementos de suporte ao amparar um determinado modo de recordar. Por outro lado, as narrativas, de alguma maneira sacralizadas nesses monumentos, garantem a estes uma condição particular: tanto a recordação pode despertar o lugar como símbolo, quanto o lugar tem o poder de provocar uma determinada recordação. (ASSMANN, 2011, p.15)

Dessa forma, a força motivadora do processo de rememoração e mobilização das lembranças, ocorre no presente e busca responder às questões e demandas inerentes a ele. O presente acaba por reconduzir a rememoração do passado e esse processo, realizado constantemente, garante a sobrevivência e a imortalidade do indivíduo ou do grupo no imaginário da sociedade. Uma observação sobre a paisagem cultural da FEB na cidade de Juiz de Fora nos permite, portanto, refletir sobre algumas questões: quais valores, sentidos e significados são delegados às memórias dos veteranos juiz-foranos da FEB? Como se dão as disputas e negociações envolvidas na conquista do espaço público da cidade, por uma memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial?

A Conquista do Espaço Público: a paisagem cultural da FEB em Juiz de Fora

A construção de monumentos dedicados à participação da FEB na Segunda Guerra Mundial se configura como um ponto importante da atuação das entidades associativas para transmitir e tornar inteligíveis os feitos dos soldados brasileiros na campanha da Itália². A retórica utilizada e veiculada pelas associações deixava clara a importância do pioneirismo brasileiro ao se engajar na guerra contra o totalitarismo nazista, bem como as consequências dessa participação, principalmente, no campo político brasileiro.

Embora seja consenso entre os historiadores que estudam a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial que esta não teve um papel contundente na queda do Estado Novo, os usos políticos, que conferiam à participação da tropa brasileira no Teatro de Operações da Itália parte da responsabilidade pelo afastamento de Vargas do poder, eram incorporados por alguns grupos de veteranos e, principalmente, por partidos políticos contrários ao Estado Novo³. As narrativas de memória, marcadas por um forte sentimento de patriotismo e abnegação, passam a transportar valores inerentes ao engajamento no conflito como: a defesa da liberdade e luta pela democracia, estando assim, profundamente relacionados às simbologias das comemorações e à retórica dos monumentos dedicados à FEB.

² Sobre as articulações das associações veteranos da Força Expedicionária Brasileira na cidade de Juiz de Fora, este tema foi discutido em uma pesquisa de maior duração que originou a dissertação de mestrado de minha autoria intitulada: “O Jogo de Luz e Sombras: os usos e abusos de uma memória sobre a Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2019)”. Sob orientação do prof. Dr. Luiz Lima Vailati, o trabalho foi apresentado ao programa de pós graduação em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania vinculado ao Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em setembro de 2019.

³ Para um aprofundamento das questões relacionadas aos usos políticos da participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e a queda do Estado Novo ver os trabalhos: I: FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*. Londrina: Eduel, 2012, p. 85 – 135. II: MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010, p. 13-33.

A primeira ação de demarcar no espaço da cidade mineira de Juiz de Fora um lugar no qual pudesse ser erigido um monumento à FEB e seus combatentes, se concretiza em 1950. Entretanto, os registros existentes sobre a construção e inauguração desse monumento dão conta que as iniciativas para sua concepção datam de meados do ano de 1948, através das articulações da Associação de Ex-Combatentes do Brasil seção Juiz de Fora (doravante, AECB-JF), sociedade civil e o apoio de alguns políticos locais. Ainda assim, era necessário para a concretização do projeto uma campanha para a viabilização de fundos realizada, de acordo com a documentação, durante os dois anos subsequentes, para que fosse inaugurado, no largo do Riachuelo, o monumento ao expedicionário.

As notícias veiculadas pelos jornais locais relatam a presença, desde as primeiras horas da manhã, de espectadores e autoridades militares que afluíram ao Largo do Riachuelo e se prontificaram a acompanhar as festividades. De acordo com o relato do jornal *Diário Mercantil*,

A Associação dos Ex-Combatentes de Juiz de Fora, fez inaugurar na manhã de ontem, o monumento dedicado aos valorosos pracinhas que batalharam no solo italiano. (...) Em seguida ao desfile dos antigos combatentes da FEB precedido pela banda de música do 11ºR.I tiveram início as solenidades com o hino da Força Expedicionária Brasileira.⁴

Demarcar na paisagem da cidade que daquele município saíram homens que integraram as Forças Armadas durante a guerra deixam evidentes as posturas da agremiação, principalmente, em torno do combate ao esquecimento social. O simbolismo, apresentado na sua inauguração, ressaltava que a participação da FEB na guerra não era somente um marco na história do país,

⁴ O MONUMENTO ao Expedicionário. *Diário Mercantil*, Juiz de Fora 25 de maio de 1950, p. 1.

mas era significativa para a história do próprio município, uma vez que a inauguração do monumento estava inserida no cabedal de comemorações oficiais do centenário da cidade, comemorado no dia 31 de maio daquele mesmo ano.⁵

A construção do monumento no Largo do Riachuelo é um marco para a AECB, já que, após a sua inauguração, será este o espaço da cidade destinado para as comemorações públicas da entidade. Essas comemorações irão, em certa medida, deslocar as narrativas de memória, ora restritas ao ambiente interno da associação, para o espaço público da cidade, aproximando-as do corpo social da cidade e transmitindo os valores inerentes àquela memória. Uma vez bem sucedida essa prática, ao menos na teoria, a memória sobre a participação da FEB na guerra estaria salvaguardada do esquecimento social.

O monumento inaugurado em 1950 ainda existe (figura -1), resistindo à passagem do tempo e às flutuações características da memória e está localizada em uma região central da cidade, próxima a grandes avenidas e ao centro comercial. A escultura, feita em bronze, possui cerca de 3,75 metros de altura e remete à figura de um soldado trajando uniforme militar, capacete e armamentos característicos da campanha da FEB na Itália. A escultura, se localiza sobre um pedestal de granito facetado sendo que em cada uma das extremidades há, além da referência à data de inauguração, as palavras “Aviação”, “Marinha” e “Exército” remetendo às Forças Armadas brasileiras.

É importante observar que no monumento analisado o soldado da FEB é colocado em posição de destaque, o que evidencia o discurso de memória que se procurava transmitir durante sua construção. Desse modo, vale destacar que o projeto de consagração da figura do cidadão-soldado atua, principalmente, no seio da sociedade civil, já que a maioria dos membros da FEB eram oriundos

⁵ O MONUMENTO ao Expedicionário. Diário Mercantil, Juiz de Fora 25 de maio de 1950, p. 1.

dessa parcela da população. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o monumento destaca, na figura do cidadão-soldado, o esforço da sociedade civil durante um momento de crise, apela à sociedade para que jamais esqueça de seus soldados e transmite os valores inerentes ao engajamento destes soldados na Guerra, tais como: cidadania, altruísmo e o pacifismo defendidos pelos estatutos das associações de ex-combatentes.

As manifestações públicas, ocorridas junto ao monumento, eram oportunidades nas quais o público em geral acompanhava os desfiles ou as formaturas e tomavam contato com o discurso de memória difundido pela associação. As comemorações e solenidades importantes passam, a partir da inauguração do monumento, à preencher um calendário festivo do próprio município. Nestas ocasiões, não só os ex-combatentes podiam rememorar coletivamente as passagens da Guerra, como a sociedade civil podia do calendário comemorativo interno à AECB.

Figura 1: Aspecto do “Monumento ao Expedicionário”



Fonte: Acervo do autor,
2019.

Além da simbologia acima, constam no referido monumento o símbolo das armas nacionais do Brasil e duas placas. A primeira, localizada na parte de trás da escultura apresenta referência à comissão diretora da AECB à época da construção do monumento. A presença de uma referência à diretoria da AECB-JF reforça a hipótese de que, para aquela coletividade, não é só os combatentes deveriam ser enaltecidos, mas também as instituições que lutam por sua memória. A segunda, por sua vez, localizada à frente do monumento e abaixo do símbolo das armas nacionais, apresenta uma dedicatória com os dizeres: “Aos heróis da F.E.B homenagem do povo de Juiz de Fora”.

A dedicatória ressaltando que aquela homenagem, agora integrante da paisagem urbana da cidade mineira, fora tributada pelo “povo de Juiz de Fora”, deixa clara a característica local dessas esculturas. A retórica textual incorporada a essas referências imagéticas procura ressaltar que os jovens outrora envolvidos com a FEB eram os “Os filhos dessa terra”, a parte do “povo” local, os representantes de suas comunidades.” Esse tipo de referência, de acordo com Uri Rosenheck (2008), evidencia uma espécie de “patriotismo local” que, além de evidenciar um projeto de integração da comunidade à nação, à distingue das demais cidades parecidas, por destacar um tributo de sangue pago pelos jovens daquela localidade. (Rosenheck, 2008, p. 07)

O Monumento ao Expedicionário foi tombado como patrimônio histórico da cidade em cumprimento ao processo nº 3022/00⁶ que dispõe sobre o tombamento de vários monumentos localizados em praças públicas da cidade mineira. O decreto municipal Nº 6941, que oficializa o tombamento, o faz uma vez que as obras elencadas possuem “Valor histórico e cultural, se constituindo como uma homenagem aos personagens e épocas que marcaram o

⁶ Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lege – FUNALFA. Tombamento do Monumento ao Expedicionário. Processo 3022/00.

desenvolvimento urbano, industrial, artístico e cultural da cidade e à história que estes monumentos nos remetem”⁷

Segundo Françoise Choay (2006), o termo patrimônio histórico está associado aos bens de uso fruto de uma comunidade, entretanto, um monumento, quando tombado como patrimônio histórico se diferencia de outras edificações, tais como: prédios, escolas ou edifícios públicos que possuem outros usos que não o comemorativo. Nesse sentido, as únicas funções sociais delegadas a esses artefatos dizem respeito à transmissão de uma determinada memória histórica, portanto, os monumentos passam a ser introdutores de uma pedagogia geral do civismo, atuando como pontes entre a memória histórica, o que se sabe do passado em comum, e a memória viva. (CHOAY, 2006, p. 117)

Ainda de acordo com Choay (2006), os monumentos históricos passam por uma fase de consagração que se estendem do início do século XIX até meados do século XX. É importante destacar que uma análise mais detalhada deste recorte cronológico, à primeira vista bastante extenso, extrapola os limites deste texto. No entanto, ao fazer um percurso histórico sobre a consagração dos monumentos a historiadora aponta que as divisões cronológicas ocupam papel secundário frente a unicidade do período. Nesse sentido, para a presente análise é importante destacar que dentre os valores inerentes aos monumentos históricos àquele que se apresenta mais solidamente estruturado, diz respeito à função cognitiva destes artefatos. (CHOAY, 2006, p. 128)

Em se tratando dos monumentos referentes à Segunda Guerra Mundial, seu valor cognitivo está relacionado vai além de despertar uma recordação comum sobre o período, mas auxiliar na construção de uma memória coletiva

⁷DECRETO N.º 6941 - de 26 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o tombamento dos bens que menciona. Disponível em: https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019273. Acesso em 01/05/2019.

que engloba, além dos valores já mencionados, os sentimentos de pertencimento, nacionalismo e patriotismo. Neste ponto, o valor cognitivo passa a se relacionar com outro valor, característico e fundamental desses artefatos, o valor nacional.

Esses marcos, de acordo com Pollack (1989), estruturam a memória coletiva e evidenciam fatos, personagens e tradições das quais somos, a todo momento, lembrados. Nessa perspectiva, os monumentos históricos passam a atuar no fortalecimento de uma narrativa coletiva que, embasada nas lembranças pessoais do ex-combatentes, fortalecem os elos de uma memória nacional como forma mais completa de uma memória coletiva. (POLLACK, 1989, p. 03)

Sobre as questões relacionadas à memória e a fundamentação de um sentimento de identidade social e, por conseguinte, de uma memória coletiva é válido ressaltar a contribuição de Paul Claval (2007) segundo a qual, a vida social implica que os membros de um grupo se sintam pertencentes a esse conjunto. Nesse sentido, o elo fundamental para a coesão de um grupo está embasado nas diversas formas de compartilhamento de interesses e ideais que sustentam a existência da coletividade. (CLAVAL, 2007, p. 113-114)

Como afirma Pierre Nora (2012), “a memória emerge de um grupo que ela une”. (NORA, 2012, p. 03) Para tanto, a relação entre a memória e sacralização de lugares destinados a sua cristalização é, nesse sentido, fundamental para a sobrevivência dessa memória mesmo na ausência de seus agentes. Entretanto, os lugares de memória perdem sua função pedagógica, à medida que, sua narrativa passe a representar somente os membros de um grupo específico.

É necessário considerar que a simples existência de um monumento ou artefato que remeta a um passado em comum, não garante a sobrevivência das memórias relacionadas a ele, portanto, as comemorações coletivas possuem,

assim como os monumentos, uma função pedagógica e de confirmação social destes artefatos. Os monumentos, como já colocado, possuem em sua função mais primordial despertar a memória coletiva, isto posto, é fundamental que se tenha no horizonte de reflexão que o verbo lembrar, pressupõe um exercício. Paul Ricoeur (2007), aponta que “lembrar-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, fazer alguma coisa. O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembrança’. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é exercitada”. (RICOEUR, 2007, p. 71)

Nesse sentido, a prática de rememoração consiste em um exercício que se objetiva rememorar algo distante no passado, se relacionando objetivamente com o comportamento narrativo dos grupos humanos. Esse processo, de fundamentação da memória coletiva implica, segundo Bosi (2009), na criação de universos que a autora chama de “universos de discursos” e “universos de significado” que visam a fixação da imagem do grupo na história. (BOSI, 2009, p. 67)

Segundo Helenice Rodrigues Silva (2002), a característica altamente seletiva da memória, ou seja, o uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se presente, justamente, em ocasiões onde se manipula e instrumentaliza a lembrança. Para a autora, as comemorações evidenciam as utilizações sociais da memória e, ao mesmo tempo que compõem um ritual nacional, universalizam valores de uma comunidade, buscando em uma referência ao passado diversos usos para esse memória no presente. (SILVA; 2002, p. 432)

Dessa forma, a memória sofre inúmeras manipulações conscientes ou inconscientes, com o objetivo de ressaltar partes mais importantes que possuem certo grau de afetividade maior com o agente que rememora. Assim, é o ato de selecionar, recortar e destilar o discurso de memória que dá maior ou menor ênfase a determinados pontos de acordo com o momento celebrado,

sacralizando valores, ideais, consagrando determinadas passagens do passado e elevando-as à condição de símbolos.

As memórias relacionadas à Segunda Guerra Mundial possuem uma força de coesão que, segundo (Mauad e Nunes, 1999), trazem à tona sentimentos únicos, elevando-a à condição de um evento que não deve ser esquecido pelo imaginário coletivo. Nesse sentido, os monumentos e as comemorações referentes à Guerra, não só no Brasil, mas a nível mundial, ressaltam os particularismos relacionados a esse contexto, colocando esses discursos de memória em um linha tênue que os situa entre experiências exemplares e carregadas de valores mas que despertam uma vigilância para que jamais se repitam.

A potencialização desses valores e sua devida rememoração, em primeiro lugar, atuam como ponto fundador de um sentimento de comunhão que irá definir a nação como uma comunidade política. Para Benedict Anderson (2008), essa comunhão embasa o sentimento de pertencimento de uma comunidade a um território, engendrando a ideia de nação. À medida que em todas as nações, por mais minúsculas que sejam, seus membros jamais virão a encontrar ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, é através desses símbolos que a maioria deles irá sempre ter em mente a imagem viva de sua ligação afetiva. (ANDERSON, 2008, p. 32)

Portanto, a construção de monumentos, bem como a realização de comemorações em torno deles, possui o claro objetivo de simbolizar em sua concretude a presença física da FEB na sociedade. O culto cívico inerente à celebração das vitórias na guerra e, principalmente, à celebração da memória de seus mortos auxiliam, a longo prazo, no processo de sacralização dessas memórias no imaginário coletivo, mesmo após a natural extinção dos veteranos de guerra.

De acordo com Uri Rosenheck (2018), o período compreendido entre os anos de 1945 a 1959 é marcado pelo aumento substancial na construção de monumentos em homenagem à FEB no Brasil. O autor catalogou a existência de 192 monumentos, sendo que 63 destes foram erigidos imediatamente à chegada dos escalões da FEB no Rio de Janeiro ou ainda enquanto a FEB estava em território italiano. (ROSENHECK, 2018, p. 57)

No levantamento apontado acima, o pesquisador se limita a elencar os lugares de memória a partir da lógica dos artefatos materiais presente materialmente no espaço público das cidades brasileiras, ou seja, os monumentos. A existência desses marcos configura o que o autor denomina como “Paisagens Cívicas”, tradução do termo “*Civicscapes*” que deriva de “*Cityscapes*”. O conceito, remete a locais no espaço urbano propícios à rememorações coletivas e rituais cívicos.

A composição, portanto, de uma paisagem cívica localizada no Largo do Riachuelo em Juiz de Fora fica ainda mais evidente, à medida que, após a inauguração do primeiro monumento, essa localidade irá concentrar grande parte das rememorações públicas da FEB na cidade. A localidade, conta hoje com outro conjunto escultórico inaugurado em 1976, que se mostrará mais imponente que o primeiro. Contudo, o “Monumento às Armas” (Figura – 2) inverte a ordem apresentada pelo “Monumento ao Expedicionário” (1950), colocando em destaque as Forças Armadas em detrimento das homenagens aos cidadãos-soldados da cidade.

Em se tratando do monumento em questão às referências à FEB presentes em seu conjunto, se resumem em placas afixadas internamente que remetem ao centenário de nascimento do Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB. Além disso, consta uma placa com a data de inauguração, uma outra com as principais batalhas travadas pela FEB em solo italiano, uma

homenagem ao 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira e aos pracinhas mineiros mortos em combate.

Neste conjunto, é notável a mudança drástica em relação ao padrão comemorativo que agora, coloca as Forças Armadas como um papel de destaque no conjunto. De acordo com Francisco César Alves Ferraz (2012), há um padrão importante a ser considerado em relação aos monumentos erigidos em homenagem à FEB na primeira década do pós-guerra e os demais. Enquanto os primeiros apresentavam uma imagem de destaque aos cidadãos soldados, os construídos posteriormente invertem essa lógica e acabam por incorporar em sua iconografia as referências às instituições militares. Essa mudança no objeto de culto faz, segundo o autor, emergir um “padrão trinitário”, no qual cultua-se a participação da FEB na guerra a partir de um esforço consubstanciado entre as três Instituições Militares. (FERRAZ, 2012, p. 310-311)

Figura 2: Aspecto geral do “Monumento as Armas”



Fonte: Acervo do autor, 2019.

A barreira física que impede os espectadores de circular pelas instalações se torna emblemática para compreendermos o processo de aproximação das memórias relacionadas à FEB das Instituições Militares e, conseqüentemente, o distanciamento dessas memórias da sociedade civil. É oportuno destacar que após construção do “Monumento às Armas”, as comemorações públicas relacionadas aos episódios simbólicos da guerra serão realizadas em frente a esse conjunto o que, conseqüentemente, irá colocar o primeiro monumento em uma condição de coadjuvante no espaço. Essa mudança no padrão comemorativo ocorre mediante a uma série de disputas protagonizadas pelas duas entidades representativas sediadas na cidade: a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) e a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB).

A disputa pelo espaço público e pela categoria de agentes legítimos de transmissão das memórias relacionadas à FEB que se torna aparente através dos monumentos, tem origens ainda na formação do quadro social da AECB. Esta agremiação, fundada na cidade em 1947, possuía como sócios tanto militares da FEB, quanto da Força Aérea Brasileira (FAB) e das Marinhas de Guerra e Mercante. A categoria “ex-combatente”, portanto, era outorgada tanto àqueles que foram à Itália, quanto aos que ficaram encarregados de atuar no litoral brasileiro.

Todavia, essa caracterização desagradava a alguns membros da FEB que a viam como problemática e, dessa forma, se sentiam mal representados em âmbito associativo, já que, o número de militares empregados na defesa do litoral era notadamente maior.

Segundo José Maria Nicodemos, veterano da FEB:

Os militares daquela época, que serviram no litoral brasileiro, enquanto nós erámos 25 mil na Itália eles eram, no mínimo 60 mil. Então, dirigidos por oficiais mais inteligentes, não na arte da guerra mas, politicamente eles se consideraram ex-combatentes invadiram e assumiram as associações existentes.⁸

Outra questão que acirrava os ânimos, e que não dizia respeito apenas ao carácter simbólico, estava relacionada aos “benefícios” destinados àqueles que participaram efetivamente dos combates. O arcabouço de leis desenvolvidas progressivamente para amparar os veteranos de guerra contemplavam também, os militares que permaneceram no litoral. Essa questão acirrava ainda mais as disputas entre essas classes. De acordo com José Maria: “eu não aceitava isso! Se você pegar o dicionário escrito por Aurélio, você lê: “Ex-Combatente – Aquele que participou de combate.” O pessoal do litoral não deu tiro em ninguém e nem recebeu tiro, no entanto, eles foram beneficiados em tudo o que você possa imaginar.”⁹

Em se tratando da representação social, tema mais caro nesse momento, o veterano deixa claro nas entrelinhas que as associações estavam repletas de militares sem experiência na “arte da guerra”, portanto, não era legítimo que estes fossem agentes de uma memória sobre episódios dos quais não participaram. A problemática envolvendo a legitimação destes agentes de memória fica evidente no depoimento concedido ao jornal *Diário da Tarde*, pelo Major Álvaro Duboc Filho:

Quem senão os veteranos da FEB podem descrever a emoção de deixar sua terra, viajar muito, sem destino certo, desembarcar em um porto destruído (Nápoles), e ver toda uma nação em desagregação social, com

⁸ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

⁹ José Maria da Silva Nicodemos. Entrevista ao autor. Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

mulheres se prostituindo a troco de comida para seus filhos? De ver pessoas ávidas à cata de alguma coisa importante no lixo descarregado pelo navio que trouxe os soldados a seu país?¹⁰

Pensar as continuidades e rupturas entre os discursos proferidos pelas agremiações e seus representantes é fundamental para entender a existência de um conjunto monumental com características tão distintas no mesmo espaço da cidade e como, com o passar dos anos, ocorreu a sobreposição do primeiro ao segundo. Todavia entender essas disputas pela memória, não significa colocar as duas agremiações em uma relação de oposição e muito menos classificá-las por ordem de importância. Na cidade de Juiz de Fora, particularmente, houve a fusão das duas agremiações com a supressão da AECB. O processo, concluído no final do ano de 1989, ocorreu após o desligamento do “pessoal do litoral” dos quadros da AECB.

Considerando que as rupturas entre as premissas de cada agremiação se davam em relação ao sentido abrangente do termo “ex-combatente”, a política adotada pela ANVFEB, ao restringir seu quadro social, buscará sanar esse problema. Se havia algum ressentimento ou discordância que extrapolava o corporativo das entidades, já que este era evidente, os documentos oficiais produzidos pelas duas agremiações não evidenciam tal posicionamento.

A composição de uma paisagem cívica, referente à FEB, no atual Largo do Riachuelo em Juiz de Fora, com todas as suas funções sociais e significados ideológicos, se soma ainda a outros dois monumentos localizados em outros espaços da cidade e que remetem à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O carro de combate *M3A3* e o *Monumento aos Pracinhas – Heróis Brasileiros na II Guerra Mundial* (imagem – 3) ambos localizados nas

¹⁰ FEB, que buscou a paz, lembra os 30 anos do final da guerra. *Diário da tarde*, Juiz de Fora, 08 de maio de 1975. p. 11.

dependências da 12ª Circunscrição de Serviço Militar, são alvos de processos de tombamento por parte do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Juiz de Fora.

Imagem 3: Fotomontagem com os artefatos acima referenciados.



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Na documentação, obtida junto à Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), consta que a primeira solicitação de tombamento dos monumentos acima ocorreu por parte do então comandante da 12ª CSM, Otávio Dornelles Claret da Silva, que solicitava através do ofício nº 104 – S5/RP o tombamento desses bens mediante a justificativa de que se trata de monumentos em “reverência aos PRACINHAS, verdadeiros heróis brasileiros que, com coragem e risco de suas próprias vidas, elevaram o nome do Brasil e também da nossa cidade perante a humanidade.”¹¹

A solicitação anexada ao processo Nº 008378, aberto em 2009 e que dispõe sobre o tombamento dos bens acima referenciados, não consta como

¹¹ Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lege – FUNALFA. *Tombamento do monumento aos pracinhas – Heróis Brasileiros da Segunda Guerra Mundial*. Processo n. 008378/2009.

finalizada no portal oficial da FUNALFA uma vez que, na listagem dos 31 monumentos em praça pública tombados pelo município,¹² consta apenas o tombamento do Monumento ao Expedicionário, construído na década de 1950 pela AECB e já discutido anteriormente.

O conjunto de monumentos apresentado acima, pode ser ainda somado aos nomes de rua, galerias, escolas e bairros os quais, à primeira vista, configuram uma materialidade e presença significativa da memória coletiva da FEB no espaço público da cidade. No entanto, a existência substantiva de monumentos à memória da FEB na paisagem das cidades mineiras, em específico em Juiz de Fora, não parece configurar necessariamente uma presença efetiva dessa memória no imaginário da população.

Após 75 anos a guerra dos “pracinhas” acabou?

A memória, como operação resultante da ação dos grupos humanos está sujeita a ressignificações, recortes, esquecimentos e realces. Reafirmada pelos monumentos, estes discursos, alçam o espaço público das cidades onde, enfrentam batalhas diárias para se manterem vivos e não colherem as agruras do esquecimento social. A relação da memória difundida pelas ações das agremiações juiz-foranas com o espaço da cidade tem como marco inicial, para as análises propostas, a construção e inauguração do primeiro monumento em homenagem a FEB inaugurado na cidade em 1950.

Quando nos debruçamos a uma análise crítica sobre a construção de uma memória sobre a participação da FEB na Segunda Guerra, não podemos perder de vista que o abrupto retorno à sociedade e a difícil reintegração social desses veteranos ocasionou a perda progressiva, perante o corpo social, dos

¹²Lista de Monumentos em praça pública tombados pelo município de Juiz de Fora. Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/arquivos/monumentos_praca_publica_040417.pdf. Acesso em: 01/05/2019.

significados inerentes o engajamento na Guerra. Apesar de pontos secundários neste artigo, a fundação da AECB-JF em 1947 e da ANVFEB-JF em 1971 são os pontos cruciais que determinam, em contextos diferentes, às batalhas pela memória e, por conseguinte, pela formação de um sentimento de identidade e coesão social entre aqueles envolvidos nas agremiações.

O aumento relativo de comemorações, desfiles, atos cívico-militares, homenagens aos mortos e rememorações de passagens da guerra realizados no entorno dos monumentos analisados é característico de uma batalha incessantemente travada pelas agremiações contra o esquecimento, mas, sobretudo, em prol da manutenção e difusão dos significados da luta daqueles combatentes na Itália.

Quando os discursos alçam ao espaço público as discussões inerentes a quem ou quais agentes estão aptos transmití-los, a disputa pelas memórias se torna evidente. A memória coletiva é sobretudo pautada na transmissão das narrativas, dessa forma quais os atores seriam reconhecidos como legítimos transmissores dessas memórias, senão aqueles que efetivamente lutaram a Guerra? Os consensos e os dissensos entre as agremiações mineiras estavam pautados em questões semelhantes, uma vez que o papel de transmitir os discursos referentes à memória da FEB e colher as benesses e consagrações sociais advindas dessa participação deveria ser dos próprios veteranos da FEB que se viam, após a consolidação da ANVFEB-JF, como os legítimos agentes dessa memória.

Por fim, as agremiações juiz-foranas acabariam, no final de década de 1980 por se unirem. O processo de união, discutido ao longo de algumas assembléias resultaria na supressão da AECB-JF, pela ANVFEB-JF. A crise identitária que seria manifestada principalmente na atribuição de papéis de legítimos agentes da memória da FEB, seria resolvida com o desligamento

daqueles ex-combatentes ligados à defesa do litoral durante o esforço de guerra dos quadros sociais da agremiação.

Conquanto se considere a existência substancial de monumentos não só no espaço público da cidade analisada, mas também em todo território nacional, como já evidenciaram alguns estudos realizados na área, esse momento de balanço é oportuno para que reforçemos a hipótese de que a demasiada aproximação com as instituições militares acabou por enclausurar as memórias relativas à atuação da FEB na Itália, sobretudo no espaço dos quartéis e instituições militares.

Entender quais são os efeitos diretos dessa aproximação e, em um futuro próximo, quais serão as implicações desses processo foi um ponto que, sem dúvida, esbarrou nos limites da análise proposta por esse processo ainda estar em andamento. A comunhão de interesses entre ex-combatentes e Instituições Militares observada não é, de forma nenhuma, condenada mediante algum juízo de valor arbitrário. Entretanto, ao passo que essa aproximação se torna mais contundente, os significados inerentes à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial acabam por fazer mais sentido para o corpo militar do que para a população civil em geral.

Passados quase 75 anos do término da guerra e do retorno dos pracinhas ao Brasil, resta-nos pontuar que os veteranos da FEB jamais deixaram os campos de batalha. Se não se ouvia mais o assustador barulho dos artefatos alemães e tampouco se temia as rajadas da tão temida MG-42, apelidada pelos brasileiros de “lurdinha” os agora veteranos da FEB, prosseguiram enfrentando batalhas diárias por reconhecimento, recolocação profissional, redistribuição de recursos e pela valorização de suas memórias.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict R. O'g. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida; SOETHE, Paulo. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: UNICAMP, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.1, n.1, p. 43-58, dez. 2009/mar. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564/6415>
Acesso em: 12. abr. 2020.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Trad. de Luiz F. Pimenta e Margareth de Castro A. Pimenta. 3ª. Ed. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2007.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, p. 63-201, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11110/8154>
Acesso em: 12. abr. 2020.

MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. Discurso de uma morte consumada: monumento dos pracinhas. In: Paulo Knauss (Org.). **Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999. pp. 53-73.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, p. 09-23, dez. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23> Acesso em: 12. abr. 2020.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v. 10, p. 07-28, out. 2012, Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 11 abr. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 11 Abr. 2020

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 12. abr. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSENHECK, Uri. Entre a Comemoração do Passado e a construção do futuro: Os monumentos da FEB em seus contextos. **Militares e Política**. Rio de Janeiro, nº 3, p. 07-17, dez. 2008. Disponível em: http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista/ante/Militares_e_Politica_LEMP_n_03.pdf. Acesso em: 12. abr. 2020.

ROSENHECK, Uri. Re-Carving the Stone: reinterpreting world war II monuments in Brazil. In: MALLET, Derek R. (Org.). **Monumental Conflicts:**

twentieth-century wars and the evolution of public memory. New York: Barnes & Noble, 2018, p. 56-68.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 22, no. 44, p.425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>. Acesso em: 12. abr. 2020.

Recebido em fevereiro de 2020.

Aprovado em abril de 2020.